

HABEAS CORPUS Nº 561.670 - SP (2020/0035964-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : GISELE XIMENES VIEIRA DOS SANTOS INÁCIO - SP205884
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : L O G (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em benefício de L. O. G. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2261963-30.2019.8.26.0000).

Infere-se dos autos que o paciente foi representado pela prática de ato infracional equiparado ao delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, tendo o Juízo de primeiro grau julgado procedente a representação e aplicado a medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem, com estes fundamentos:

"O remédio constitucional é de ser denegado.

Isso porque, o habeas corpus, remédio constitucional reservado às hipóteses em que houver cerceamento ou ameaça à liberdade de locomoção, em razão de constrangimento ilegal, não é medida cabível para discussão dos fundamentos da respeitável sentença que aplicou medida socioeducativa de internação.

[...]

Assim, adota-se o entendimento consolidado desta C. Câmara e denega-se a ordem, uma vez que há recurso próprio apelação para questionamento da medida socioeducativa aplicada.

Ademais, não se demonstrou ilegalidade ou teratologia na respeitável sentença, que está devidamente fundamentada, incluindo a devida individualização da conduta, aplicando a medida de internação ao final de procedimento pela prática de ato infracional grave." (fls. 40/42)

Daí o presente *writ*, no qual a impetrante alega ofensa à Súmula n. 492 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, ressaltando não estarem presentes nenhuma das hipóteses elencadas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Requer, assim, a substituição da medida socioeducativa de internação.

Indeferido o pedido liminar e prestadas as informações pela autoridade coatora, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem, nos termos da seguinte ementa:

"Habeas Corpus impetrado como substitutivo de recurso próprio. Impossibilidade. Não é o caso de concessão da ordem de ofício. Ato infracional equiparado ao tráfico. Representação julgada procedente para impor ao Paciente a medida socioeducativa de internação. Fundamentação idônea: condições pessoais do Paciente, personalidade voltada para a delinquência, envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes desde os 13 anos, e possibilidade de reiteração de atos infracionais.

Parecer pelo não conhecimento do writ e, ultrapassada a preliminar, pela denegação da ordem." (fl. 107)

É o relatório.

Decido.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o presente *habeas corpus* não merece ser conhecido, pois impetrado em substituição ao recurso próprio (cf.: HC 358.398/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 09/08/2016).

Embora seja possível a concessão da ordem, de ofício, se constatada a existência de manifesta ofensa à liberdade de locomoção do paciente, essa não é a hipótese dos autos.

Isso porque o Tribunal estadual não se pronunciou quanto à irresignação da defesa, circunstância que impede o pronunciamento desta Corte a respeito, sob pena de indevida supressão de instância.

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ECA. MEDIDA SOCIEDUCATIVA. INTERNAÇÃO. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. REITERAÇÃO EM ATO INFRACIONAL GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A matéria relativa à aplicação da medida socioeducativa de internação não foi objeto de análise do Tribunal de origem, que não conheceu do writ na medida em que a irresignação deveria ser feita por

Superior Tribunal de Justiça

meio de recurso próprio, ponto que não deve ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

4. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no HC 439.099/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 06/06/2018)

"HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APELAÇÃO PENDENTE DE APRECIÇÃO. ART. 49, II, DA LEI N. 12.594/2012. DIREITO NÃO ABSOLUTO. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.

1. *A alegação de que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado na imposição de medida de internação pela prática de ato infracional equiparado ao delito de tráfico entorpecentes nem sequer foi apreciada pelo Tribunal de origem, o que impede o exame do tema diretamente por esta Corte, mormente quando pendente de apreciação o recurso de apelação, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal.*

[...]

3. *Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem.*" (HC 439.327/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018)

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator